

Rio Grande é 5.430ª cidade em ranking de receitas por habitante

NO BRASIL

Rio Grande é 5.430ª cidade em ranking de receitas por habitante

Pesquisa da FNP mostra desigualdade no financiamento das prefeituras

Estudo elaborado pela FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) jogou luz sobre a desigualdade de financiamento das cidades brasileiras, o que dificulta a manutenção de serviços públicos de qualidade e se expressa também no Grande ABC. Segundo levantamento, São Caetano contou em 2024 com receitas de R\$ 14.699,03 por habitante para fazer frente às demandas da população, montante quase quatro vezes superior aos R\$ 3.686,43 per capita disponíveis para Rio Grande da Serra.

A FNP organizou os dados em uma plataforma, chamada Ifem (Indicadores de Financiamento e Equidade Municipal), que reúne informações de 5.479 dos 5.570 municípios brasileiros (98,4% do total) e classificou as cidades com base em suas receitas por habitante. Segundo a ferramenta, Rio Grande da Serra ocupa a 5.430ª posição nacional (veja tabela). No ranking estadual, a cidade é a 643ª colocada entre 645 municípios paulistas. São Caetano, por sua vez, ocupa as posições 307 e 47, respectivamente.

A primeira colocada no ranking é Itaipulândia (PR), cidade que tem nos royalties da hidrelétrica de Itaipu fonte expressiva de sua arrecadação. Em 2024, o município paranaense contou com orçamento de R\$ 65.262,07 por habitante, valor quase 18 vezes superior ao disponível para Rio Grande da Serra.

“Os números de Rio Grande são assustadores: entre os 645 municípios do Estado, somos a antepenúltima cidade na divisão de recursos per capita e, no cenário nacional, estamos entre as 50 que menos recebem. Esses dados ajudam a população a entender o tamanho do desafio que enfrentamos para fazer a gestão da cidade”, comentou o prefeito Akira Auriani (PSB), que participou, na última terça-feira (10), de seminário realizado pela FNP na Câmara Federal, em Brasília.

Ainda segundo a FNP, a população das 1.100 cida-

Ranking de receita líquida por habitante

Situação dos sete municípios do Grande ABC nas classificações nacional e estadual

Município	Receita corrente per capita (R\$)	Posição no ranking nacional	Posição no ranking estadual
São Caetano	14.699,03	307	47
São Bernardo	7.201,36	2.543	329
Santo André	5.221,68	4.630	590
Diadema	4.953,38	4.898	613
Ribeirão Pires	4.770,86	5.061	627
Mauá	4.136,84	5.348	639
Rio Grande da Serra	3.686,43	5.430	643

Fonte: IFEM (Indicadores de Financiamento e Equidade Municipal)/FNP (Frente Nacional de Prefeitos), com base em dados de 2024

des com menor receita per capita subiu de 38 milhões para 82 milhões de pessoas entre 2000 e 2024. Na contramão, a população dos 1.100 municípios com maior receita por habitante caiu de 44 milhões para 13 milhões de pessoas na mesma comparação. O Ifem provoca, segundo a entidade, reflexão sobre a eficácia do atual sistema de transferências de recursos, que tem como base uma realidade demográfica e territorial que já não corresponde ao Brasil atual.

No curto prazo, a Frente ainda sugere um tratamento diferenciado para o financiamento das cidades com menor receita per capita. “Quando faltam recursos, quem sofre é a população que tem menos acesso a direitos básicos. A lógica atual condena nascidos nas cidades mais pobres. O que estamos propondo é uma revisão nos critérios para equalizar a distribuição dos recursos e garantir que aquilo que está previsto na Constituição se concretize”, afirmou o prefeito de São Vicente (SP), Kayo Amado (Podemos), que ocupa a vice-presidência de Territórios Subfinanciados da FNP.

GRANDE ABC

Rio Grande da Serra não é a única cidade subfinanciada e com grande descompasso entre recursos disponíveis e população na região. Outros quatro municípios figuram entre os 20% com menores receitas per capita do País. Santo André ocupa a 4.630ª posição (R\$ 5.221,68), Diadema é o 4.898º (R\$ 4.953,38), Ribeirão Pires é o 5.061º (R\$

4.770,86) e Mauá, o 5.348º (R\$ 4.136,84).

“Mauá é atualmente a 59ª cidade mais populosa do Brasil, mas aparece apenas na 5.348ª posição quando analisamos a arrecadação por habitante. Esse desequilíbrio mostra como o subfinanciamento dos municípios dificulta manter serviços públicos de qualidade”, disse o prefeito Marcelo Oliveira (PT).

O petista ressaltou que Mauá aparece entre a 12ª e a 14ª posições entre as cidades que mais arrecadam no Estado em valores absolutos. Porém, quando a receita é dividida pela população, o município passa a figurar entre os 100 com menor arrecadação per capita.

Mesmo com crescimento de 8,07% nas receitas de Mauá entre 2024 e 2025, o prefeito ressaltou que ainda há descompasso entre recursos disponíveis e demandas da população. “Isso exige responsabilidade na gestão e prioridade para áreas essenciais como Saúde, Educação e Infraestrutura”, disse Oliveira.

A FNP propôs a criação de um grupo de trabalho na Câmara Federal para repensar o pacto federativo e a redistribuição dos recursos federais para os municípios. “O Ifem mostra que o problema do subfinanciamento depende do porte populacional do município e atinge todas as regiões do País. A lógica de cidade grande rica caiu por terra. Precisamos olhar os dados e levar em conta uma cesta de indicadores para a promoção da equidade nos municípios”, disse Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP. **AR**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3